

humanitas



Vol. LXIII
2011

ÉTICA E LITERATURA POLÍTICA NUM ELOGIO DE D. JOÃO IV, UM ‘REI PARA A RES PUBLICA’

CARLOTA MIRANDA URBANO
Universidade de Coimbra

Resumo

O *Mausoleum Maiestatis Ioannis IV* foi publicado em 1657, por ocasião da morte do rei que ficou conhecido como ‘o Restaurador’. O autor do opúsculo, o jesuíta Francisco Machado, noutras obras suas manifesta-se em defesa da autonomia da coroa portuguesa antes e depois da Restauração de 1640. O *Mausoleum Maiestatis Ioannis IV* é um elogio fúnebre de D. João IV que celebra o elenco das virtudes do *princeps christianus* e que é revelador das relações entre uma ética de matriz clássica e cristã e o pensamento político português no séc. XVII.

Palavras-chave: literatura novilatina, ética, política, restauração, companhia de Jesus, Casa de Bragança.

Abstract

Mausoleum Maiestatis Ioannis IV was published in 1657 to celebrate the death of Portugal’s King who became known as ‘the Restorer’. Francisco Machado, the Jesuit author of the opusculum in Latin, boldly defends, in his other works, the autonomy of the Portuguese Crown both before and after the 1640 Restoration. The present eulogy, in turn, celebrates the virtues of the *princeps christianus*. In so doing, it applies classical, Christian-inspired ethical principles to the Portuguese political thought of the XVII century.

Key-Words: Neolatin literature, ethics, politics, Portugal’s Restoration, Society of Jesus, Bragança Royal House.

0. Não é por acaso que o século XVII, que François-Xavier Cuche caracterizou como marcado pela obsessão do heroísmo e da santidade, foi também um século assinalado por um forte influxo ético na literatura. Em todos os domínios literários, da poesia dramática à narrativa, passando pela literatura panegírica de circunstância, mas também pela tratadística ética, política, filosófica, retórica, se lê um ideal humano de perfeição, para o qual tende uma pedagogia humanista confiante na possibilidade de uma educação integral do homem, uma educação que alia à aprendizagem científica e ao saber técnico uma formação ética, uma educação capaz de se reflectir no desempenho global, integral, da acção humana.

É neste contexto que nos propomos apresentar o opúsculo latino, *Mausoleum maiestatis Ioannis IV* (1657)¹ da autoria do jesuíta Francisco Machado, reconhecido pregador e mestre de retórica no Colégio das Artes de Coimbra. Neste panegírico, publicado por ocasião da morte de D. João IV, Francisco Machado apresenta a D. Afonso, o novo monarca, um compêndio de virtudes realizadas no pai ao nível da excelência, como modelo ‘*ad imitandum*’. Embora não constitua um ‘tratado’, este opúsculo deve ser lido no contexto da literatura política da *Restauração* e na esteira do humanismo ibérico de feição anti-maquiavélica. Da sua leitura ressalta sobretudo a canonização de um perfil de *princeps* inteiramente legitimado e que, na sua relação com a *res publica*, associa necessariamente uma ética de matriz clássica e cristã ao exercício político.

1. O P. Francisco Machado (1597-1659), natural de Vila Pouca de Aguiar, entrou com 15 anos para a Companhia de Jesus no Noviciado de Coimbra e aí fez a sua formação. Repartiu a sua actividade fundamentalmente entre os colégios de Coimbra e Lisboa, embora tenha passado também pelo Colégio de S. Paulo em Braga. O seu cargo como confessor do Conde de Cantanhede tê-lo-á levado para a Casa Professa de Vila Viçosa, ou pelo menos explica o local da sua morte- Estremoz-em 1659.² Com efeito, D. António Luís de Menezes comandou em exército a partir de Estremoz para socorro das praças alentejanas que sofriam uma forte ofensiva

¹ MAVSOLEVM MAIESTATIS IOANNIS IV AVGVSTISSIMI REGIS LVSITANORVM: Et Vitae, & Obitus COMPENDIVM.

² Segundo António Franco, *agebat confessorium Comitum Cantanedii* (Franco, 1726: 324). Além desta informação, Franco diz que o seu corpo ficou sepultado na igreja da Casa Professa de Vila Viçosa.

castelhana desde 1657, sob comando de D. Luis de Haro, ofensiva que terminaria com a famosa batalha das Linhas de Elvas em 1659.

O *Mausoleum Maiestatis Ioannis IV* foi a última publicação do P. Machado, dois anos antes da sua morte, e de certo modo coroa um dos argumentos da sua produção literária. Neste opúsculo, Francisco Machado faz o elogio de D. João IV apresentando um catálogo das suas virtudes, com uma intenção muito clara de nele oferecer um modelo ao seu sucessor e de reforçar a convicção da legitimidade da soberania da Casa de Bragança, à qual o prendem certamente laços de verdadeira devoção. Além desta obra composta por ocasião da morte do Rei, Francisco Machado publicou outros textos relacionados com a Casa de Bragança. Em 1647, publicara um opúsculo, *Elogium Triumphale*, em que celebrava o facto de D. João IV ter escapado a um atentado contra ele premeditado nesse mesmo ano e que teria tido lugar durante a procissão do *Corpus Christi* em Lisboa.³ Já antes, em 1643, publicara também um *Sermão pello felis successo das armas & jornada de Sua Magestade*, pregado no Colégio de Santo Antão. Deixou ainda um manuscrito que reúne 52 elogios do Infante D. Afonso de Portugal e preces públicas, na ocasião em que o infante, gravemente doente, correu perigo de vida.⁴

Mas já antes da Restauração de 1640, Francisco Machado revelara sem equívocos a sua devoção à casa de Bragança, denunciando as suas convicções no que respeitava à união das coroas de Portugal e Espanha.

Enquanto mestre de Retórica do Colégio das Artes, o P. Francisco Machado teve a seu cargo a *Oração de Sapiência* da Universidade no ano de 1629. O seu texto, manuscrito recolhido no códice 994 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, foi publicado nos nossos dias, com um estudo e tradução.⁵ Nesta oração inaugural, o mestre de Retórica, fazendo uso de um exercício retórico numa ocasião ritual que reunia não só as maiores figuras da Universidade, mas também as da cidade de Coimbra, ousou exprimir o seu pensamento político e usou da palavra para estimular no auditório sentimentos de auto-estima 'nacional'. Desviando-se do modelo habitual das orações de sapiência, Francisco Machado propõe a sabedoria como solução para as dificuldades que o reino então atravessa.

³ *Ioãni IV augustissimo Lusitanorum Regi pro felicitate, qua in solenni Corporis Christi pompa proditoris insidias diuinitus euasit. Elogium Triumphale*. Excudit Emmanuel da Silva, anno 1647.

⁴ Assim o faz supor o título citado por Barbosa Machado, II, 180.

⁵ Urbano, 2001.

Mais que o discurso epidíctico em louvor da ‘sapiência’, a sua oração sugere uma argumentação deliberativa, recheada de *exempla*, muitos deles contemporâneos, mobilizadores de uma vontade autonomista. Em vez de elogiar o rei, motivo ‘obrigatório’ nas orações de sapiência, Francisco Machado faz o elogio de um rei anterior à união das coroas, D. João III, que constituía um verdadeiro emblema de um passado áureo da nação soberana, particularmente venerado na Universidade de Coimbra.

Tendo como ponto de partida o elogio de D. João III que o orador convoca à presença do auditório, o louvor do rei e o da universidade confundem-se e alargam-se ao elogio de todo o reino, fomentando, assim, um clima propício à vontade autonomista, favorável ao advento da Restauração que se concretizaria 11 anos mais tarde.

2.O século XVI foi peculiarmente fecundo em produção literária no âmbito da teorização política.

Particularmente nos tratados de educação de príncipes, como o demonstrou no seu estudo Nair Castro Soares, o modelo de príncipe do humanismo português configura um tipo de governante que ‘se impõe como exemplo para todos e detém nas suas mãos o destino da república’, por isso se lhe exigem ‘as virtudes morais, a bondade cristã, uma cultura egrégia adequada à formação do carácter e ao melhor discernimento, uma preparação cívica e política que o levem a desempenho digno do mais alto cargo nacional’ (Soares: 1994, 439).

A imagem de D. João IV espelhada no *Mausoleum*, se não coincide exactamente com a imagem do príncipe ideal do humanismo português, em nada contrasta com ela, pelo contrário.⁶ A pedagogia jesuítica em cujo contexto Francisco Machado compõe o *Mausoleum*, baseada em Aristóteles, no humanismo ciceroniano e nos *Exercícios Espirituais*, recebe esta imagem de *princeps christianus*, dominado pelo primado da virtude, necessariamente levada à prática. Neste ideal, a educação para a virtude completa a formação intelectual e religiosa do príncipe, cuja formação integral tem como sentido último o serviço à comunidade.

⁶ No *Mausoleum* de Francisco Machado, um ‘compêndio de virtudes’ como ele o define, não encontramos explicitamente expresso o valor da formação do rei nas *litterae humaniores*, o que pode entender-se pelo facto de o texto não ser um tratado de educação de príncipes, mas um panegírico fúnebre.

Este ideal de *princeps* que sobrevive no séc. XVII está presente no ideal de 'rei cristianíssimo' retratado no *Mausoleum*, como veremos, e partilha do generalizado influxo ético em todos os domínios da acção humana, influxo que a pedagogia jesuítica configurou plenamente. Basta recordarmos o ideal de perfeição activamente procurado numa educação para o heroísmo e para a santidade, dirigida às novas gerações de membros da Companhia ou, de um modo geral, numa educação para a excelência dirigida a todos os alunos dos seus colégios.

3. O opúsculo a que Francisco Machado deu o título de *Monumento da majestade de D. João IV, nobilíssimo rei dos portugueses: Compêndio da sua vida e morte* é dedicado a D. Afonso VI, seu herdeiro. As palavras da dedicatória são uma boa introdução ao texto, nela definido como 'compêndio' de virtudes que o rei herdeiro deve imitar. É, então, um modelo *ad imitandum*, como acima dissemos, o que Francisco Machado apresenta na figura de D. João IV ao seu filho que, por sua vez, é para os súbditos uma 'imagem viva' do seu pai:

A vós, rei magnífico, consagro o monumento, ou o compêndio das virtudes (ele próprio foi um compêndio de todas elas) do nobilíssimo rei vosso pai. Em vós ele nos deixou a sua viva imagem; nós lhe erguemos este monumento da nossa dedicação; vós tomá-lo-eis por compêndio para imitação, nós imagem para nossa consolação. Vereis apenas em João, Afonso I e os que se seguiram; nós em Afonso veremos João por inteiro; mas nada veremos com maior agrado do que aquele seu amor para com a pátria, a quem, vós, que nós recebemos, fostes destinado, desde o preciso dia do vosso nascimento, que [Deus] Pai com mão triunfal coroou, com as preclaras vitórias alcançadas nesses dias para lá do Guadiana. Bem cedo fostes fortalecido no ardor da guerra e no meio das lágrimas do nascimento bebestes as chamas de Marte: glórias ocultas sob as vossas faixas, até erguerdes ao alto as palmas [da vitória]. Aprendestes primeiro a provocar Marte que a chamar por vossa mãe.⁷ Daí o amor ardente do povo para convosco: nada une mais o espírito dos súbditos do que ver o Príncipe lutar por eles.

Deste compêndio tirareis vantagem no caminho para a glória se fordes inteiramente defensor da pátria. Levai a cabo, pois, o desígnio e o invencível

⁷ Note-se o jogo de palavras intraduzível: prius didicisti Martem lacescere quam Matrem vocare.

nome de Afonso, cumpro tamanha grandeza! Levareis a cabo e cumprireis, porque por vós luta o imenso amor dos vossos e a nação adversa não gera Alexandres que ousem quebrar os laços reais da Casa de Bragança.⁸

Destas palavras destacam-se duas ideias fundamentais que se confirmam no elogio de D. João IV e nas quais podemos ler, quer a subsistência de uma estratégia argumentativa da legitimidade da soberania de D. João IV, quer a tradição da concepção do poder real perfilhada pelo autor. Nesta dedicatória constatamos a importância da sucessão, em cuja linha D. João IV se inclui inteiramente, (nele estão Afonso I e todos os que se seguiram) e a razão de ser do rei: o vínculo entre o rei e a pátria, que Francisco Machado designa como vínculo de amor e que mais à frente voltará a celebrar em diversos passos.

4. O *Mausoluem maiestatis* de D. João IV elenca uma série de virtudes que o autor enumera no acusativo, (objecto directo de um verbo, como *laudamus*, que o leitor terá de subentender) destacando-as em maiúsculas e ocupando com elas uma só linha. A disposição gráfica do texto, habitual na época, sugere aparência de verso, mas trata-se apenas de aparência visual porque, na realidade, não lhe corresponde qualquer cláusula métrica própria da poesia. A enumeração das virtudes resulta, assim, numa divisão do texto em tantas partes quantas as virtudes e em cada uma delas Francisco

⁸ En Tibi consecro, Rex Magne, Augustissimi Regis Parentis Tui Mausoleum, seu Virtutum Compendium, cum ipsi fuerit omnium Compendium. Ille Te nobis legauit viuam imaginem sui: nos illi erigimus hoc amoris nostri monumentum: tu intueberis Compendium ad imitamentum: nos imaginem ad solatium. Videbitis in IOANNE vno, primum, & subsequentes Alphonsos: nos in Aphonso totum IOANNEM; sed nihil lubentius videbimus, quam illam suam erga Patriam Charitatem, cui Te destinatum accepimus, ex ipso ortus tui die, quem Pater triumphali manu coronauit, ob praeclaras per id temporis vltra Anam victorias. Praecocem quidem fortitus es militiae ardorem, natales inter lacrymas Martias hausisti flammis: palmae latentes adhuc sub fasciis praeripere palmas: prius didicisti Martem lacescere quam Matrem vocare. Ex illo ardens populi erga te amor; Nihil aeque obstringit subditorum animos, quam pro se belligerantem videre Principem. De hoc compendium compendiosum facies ad gloriam iter, si totus factus fueris patriae defensor. Age vero, & inuictum Alphonsi nomen, & omen; Nec adversa Natio vllos procreat Alexandros, qui Regios Brigantinae Domus nodos audeant disrumpere.

Machado celebra o modo como se consumaram no carácter, nas atitudes e nas palavras de D. João IV, apresentado como um herói.

Essas virtudes são: *Felicitatem, Modestiam, Charitatem, Prudentiam, Providentiam, Iustitiam, Clementiam, Affabilitatem, Fortitudinem, Constantiam, Longanimitatem, Veritatem, Liberalitatem, Magnificentiam, Religionem e Pietatem*.

Este rol de virtudes apresentadas como qualidades morais individuais que o *princeps* é capaz de levar ao grau heróico reflecte o ideal humanista do governante em que a *virtus* constitui um conceito-chave e o elenco de Francisco Machado não anda muito longe do elenco identificado por Quentin Skinner naquele ideal (Skinner 1996:139-149). Às quatro virtudes principais enumeradas por Platão, a Prudência, a Temperança (em Francisco Machado a Modéstia) a Fortaleza e a Justiça, acrescentam-se as qualidades que na perspectiva do humanista cristão sustentam aquelas: a Piedade e a Religião. Somam-se ainda outras virtudes especialmente adequadas e necessárias ao príncipe. São elas a Liberalidade, a Magnificência, a Honra (em Francisco Machado designada como Verdade) e a Clemência. A este elenco, Francisco Machado acrescenta ainda a Afabilidade, a Longanimidade, a Providência, a Constância, a Caridade e a Felicidade.

A simples enunciação destas virtudes permite-nos reafirmar que o opúsculo de Francisco Machado deve ser lido, necessariamente, à luz do ideal humanista do príncipe, mas mais especificamente ainda à luz da concepção de 'política cristã' desenvolvida nos séc. XVI e XVII numa linha anti-maquivélica. Dessa concepção de política cristã temos exemplos em autores peninsulares como o jesuíta Pedro Ribadeneira⁹ ou António de Sousa de Macedo¹⁰, entre outros, cujas obras nos apresenta Luis Reis Torgal no seu estudo *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração* (Torgal: 1982 II 135-161).

No seguimento dessa 'política cristã' que aceita uma 'razão de estado', mas uma 'razão de estado divina', Francisco Machado também une estreitamente religião e política, no elogio de D. João IV, definindo-o pelas suas virtudes, sempre apreciadas numa perspectiva cristã. Nesta linha de visão

⁹ *Tratado de la Religion y virtudes que deve tener el príncipe christiano, para governar e conservar sus Estados. Contra lo que Nicolas Machiavelo y los Politicos deste tiempo enseñan*, Antuérpia, 1597.

¹⁰ *Armonia política dos documentos divinos com as conveniências d'Estado. Exemplar de Príncipes no governo dos gloriosíssimos reis de Portugal*, Haia, 1651.

da política, o rei é necessariamente religioso e deve governar como tal, exercendo virtudes fundamentais no bom governo. Da leitura do texto de Machado ficamos até com a ideia de que o exercício dessas virtudes legítima e reforça a autoridade do rei. Usando a expressão de Reis Torgal a propósito da obra de António de Sousa Macedo, constata-se neste opúsculo ‘o sentimento de que a religião e a ética cristã constituíam os verdadeiros pontos de orientação política’ (Torgal:1982 II, 188).

Não podemos deixar de notar a semelhança entre o elenco de virtudes seleccionadas por Francisco Machado e as virtudes consideradas importantes nas obras daqueles autores. Macedo, por exemplo, fala da importância da justiça, da liberalidade, da afabilidade e da clemência, virtudes todas elas celebradas por Machado na pessoa de D. João IV.

5. A primeira virtude celebrada no opúsculo de Machado é a *Felicidade*, no seu sentido próximo de ‘boa-fortuna’. Embora use por quatro vezes a palavra ‘*fortuna*’, Francisco Machado optou por designar a ‘boa-sorte’ de D. João IV como *Felicitas*. Tal acontece por uma questão de coerência, pois não deixaria de causar estranheza encabeçar um compêndio de virtudes com o louvor da *Fortuna*, no contexto do séc. XVII, habituado a ver esta figura no tradicional binómio clássico que opunha *Fortuna et Virtus*. A *Fortuna*, tema recorrente na literatura política, era aquela força cega, capaz de arrasar todo o esforço do *vir virtutis* e contra a qual ele luta com as suas virtudes para se manter firme.

Mas se em vez da literatura política da época olharmos para o panteão romano, logo nos recordamos das duas divindades, *Felicitas* e *Fortuna*, cuja divinização Santo Agostinho contesta na sua obra *Cidade de Deus*. Nesta desconstrução do paganismo, no Livro IV, Santo Agostinho afirma que estas divindades não podem ser deusas e, a sê-lo, não deveriam ser veneradas separadamente. Não serão a mesma coisa, pois a Fortuna pode ser boa ou má e a Felicidade, se má, já não é Felicidade. Mas então, diz ele, se a Fortuna for boa é Felicidade e se for má, converte-se em demónio, e já não é deusa?¹¹ E em que sentido pode ser boa a fortuna, se favorece bons e maus sem qualquer critério? Como pode ser então adorada, se trata indis-

¹¹ Quo modo ergo dea Fortuna aliquando bona est, aliquando mala? An forte quando mala est, dea non est, sed in malignum daemonem repente conuertitur? *De civitate dei* IV, 18.

tintamente os que a adoram e os que a não adoram?¹² E quanto à Felicidade, se é prémio da virtude, então não é deusa, é dom de Deus.¹³

Francisco Machado parte desta interpretação da felicidade como dom de Deus e, distanciando-se do binómio clássico (*virtus/fortuna*) bem conhecido dos seus contemporâneos, celebra, em vez da *Bonam Fortunam*, a *Felicitatem* que representa aqui o *donum dei*, o desígnio divino de que D. João IV terá sido objecto, e que coroa todas as virtudes, explicando-as, sem lhes retirar o mérito pessoal.

A celebração desta 'virtude' prende-se com o que de mais importante realizou o rei pela pátria: restaurar a sua autonomia. Portanto, a própria 'fortuna' do rei foi uma virtude, de valor acrescido porque 'para bem dos outros', como afirma Francisco Machado.

De acordo com o princípio aristotélico, o exercício mais perfeito das virtudes é aquele em que o homem não age em seu interesse próprio, mas no interesse do outro ("As maiores virtudes são necessariamente as que são mais úteis aos outros, posto que a virtude é a faculdade de fazer o bem."¹⁴). Em consonância com tal princípio reforçado pela ética cristã, quando enaltece a Felicidade de D. João IV, Francisco Machado sublinha o carácter 'social' ou 'comunitário' dessa virtude:

[louvamos] a felicidade com que um dia devolveu Portugal a Portugal! Ele tornou um Portugal livre o que era cativo, incólume o que estava doente, firme o que era vacilante, armado o que estava desarmado, vitorioso o que estava vencido, glorioso o que perdera a glória. Inteiramente feliz conforme os auspícios das profecias, as vozes dos oráculos, a Providência divina, a protecção dos santos e o aplauso de todos os homens. Confirmado na fortuna régia pelos auspícios, não da águia¹⁵ mas do altar, prestava culto nos altares

¹² Quo modo ergo bona est, quae sine ullo iudicio uenit et ad bonos et ad malos? Vt quid autem colitur, quae ita caeca est passim in quoslibet incurrens, in suos cultores plerumque praetereat et suis contemptoribus haereat? *ibidem*.

¹³ Si felicitas uirtutis est praemium, non dea, sed Dei donum est. *De civitate dei*, IV, 21.

¹⁴ Cfr. *Retórica*, 1, 9.

¹⁵ Francisco Machado refere-se ao auspício que teria vaticinado a Cláudio o chegar a ser imperador. Na verdade, segundo a narrativa de Suetónio, durante o reinado de Gaio, seu sobrinho, Cláudio partilhou com ele o consulado e a primeira vez que se apresentou no fórum com os fachos, uma águia que voava à sua volta pousou-lhe no ombro direito. Veja-se a 'Vida de Cláudio' no *De Vita Duodecim*

de Vila Viçosa quando foi chamado à Coroa.(...) de tal modo foi abençoado que abertamente se dizia que, se Deus houvesse de encarnar castelhano ou português, português encarnaria.

Inteiramente feliz, mas mais feliz porque fez os outros felizes.¹⁶

D. João IV é a manifestação da vontade divina, é designado pela Divina Providência e por ela confirmado como rei de Portugal. Esta a afirmação inicial do opúsculo de Francisco Machado que por isso evita a *Fortuna* para encabeçar o seu ‘compêndio de virtudes’.

Em vez da Moderação ou da Temperança, encontramos em segundo lugar, neste elenco, a Modéstia, que recebe traços da *aurea mediocritas* (amava a *aurea mediocritas*) e da *humilitas* cristã. Assim escreve Machado, aludindo à hesitação de D. João IV em aceitar encabeçar a causa da Restauração.

Embora Rei por direito, por mérito e por aclamação, reinou porque rogado, quase forçado.¹⁷

A sua modéstia fazia com que parecesse obedecer, quando ordenava, longe de toda a soberba, a ponto de ser reprovado pelos seus conselheiros.

Àqueles que o acusaram de modéstia no reinar, respondeu: *prefiro parecer menos rei que menos homem*. E, assim, foi mais que rei, porque foi sempre homem. Reconhecia-se mais como homem que como soberano.¹⁸

Caesarum libri VIII, V, 9.

¹⁶ Felicitatem qua momento Lusitaniam Lusitaniae restituit, liberam captivae, incolume aegrae, constantem nutanti, armatam inermi, triumphantem uictae, gloriosam ingloriae, plane felix ex vaticinorum auspicio, ex oraculorum cortina, ex Numinis providentia, ex Caelitum praesidio, ex communi hominum applausu. Non ab Aquilis, sed ab Aris Regiam auspiciatus fortunam: Villauissosae litans sacra inter, et altaria, quando uocatus ad Coronam; ut scias, non minus duraturam, quam Aram. Ambiguum: utrum felicius ex felicitate propria, na ex infelicitate aliena? At diuturnitas probauit innatam illi esse fortunam, haud diuturna alieno pendens infortunio.(...) Plane Felix, sed felicius, quia alios fecit felices.

¹⁷ Quamuis iure, & merito, plaususque Rex, regnavit rogatus, imo coactus.

¹⁸ Culpantibus hanc in regnando modestiam, *mallo uideri*, respondit, *minus Rex, quam minus homo*.

A realeza, que não coincidia com a pessoa do rei, colocava-o acima dos homens, mas não para além deles. *E assim era um Príncipe acima, mas não para além dos homens.*¹⁹

Quando celebra a virtude da 'Caridade', Francisco Machado associa esta virtude ao vínculo que une o rei e a *respublica*, não sem valorizar devidamente a legítima sucessão do Duque de Bragança a justificar a sua realeza.

O direito hereditário unido ao amor da pátria afastou o perigo, reclamou a liberdade e firmou a coroa.²⁰

Em vários passos Francisco Machado exprime a importância do vínculo entre o rei e a pátria, que ele designa umas vezes como *amor* outras como *charitas*. Já no prefácio dedicatório, ele afirma a D. Afonso VI que este só poderá caminhar em direcção à glória se for inteiramente defensor da pátria, e se seguir o exemplo do seu antecessor que se impõe como modelo para todos os governantes:

A caridade de D. João IV para com a pátria, que fez dele exemplo para todos os sucessores, não é um movimento unívoco, que se dirige apenas do rei para a *respublica*. Há antes um movimento mútuo, que parte precisamente da pátria. É esta que concede ao rei a realeza, é ela que dá vida ao rei e ele corresponde com 'lucro'.

A pátria, João, vos concedeu usufruir da vida, e vós a mesma vida devolvestes à pátria com proveito.²¹

Esse proveito foi o ter conquistado para a pátria a liberdade, como Machado enaltece nesta comparação com o herói bíblico:

Poderia comparar-vos a esse grande libertador do provo hebreu, mas ele libertou a pátria com a sua vara e vós, por meio do amor.

Reconhecemos, por isso, e sinceramente, que mais vos devemos a vós, que à pátria, pois a pátria nos gerou cativos, e vós nos destes a liberdade.²²

¹⁹ Itaque supra, non extra homines Princeps.

²⁰ Haereditarium tamen ius patrio amore confaederatum, amouit periculum, libertatem vindicauit, Corona stabiliuit.

²¹ Patria, Joanes, tibi dedit lucis usuram, eandem reddidisti patriae cum usura.

²² Conferrem te cum magno Hebraeorum Liberatore, nisi ille liberaret pa-

A celebração da *Prudência*, a virtude que se segue no elenco, anda longe do cálculo político. A Prudência era tão própria deste rei que era mais íntima que a sua mais íntima veste.²³ Machado celebra a capacidade que D. João IV teve de evitar as traições, e por vezes de simular ignorá-las, para as desvalorizar. Celebra também a sua prudência quando *nada fazia sem conselho, mas não dependia da opinião alheia. Consultava, como homem, mas governava como Rei.*²⁴ Ainda no elogio da sua prudência, Francisco Machado celebra o seu serviço à memória: *Graças à memória, auxiliar da Prudência, é digno de memória eterna.*²⁵

A *Providência* de D. João IV faz dele um novo fundador de Portugal, munido de um escudo divino que defendeu o reino da fome, da peste e da guerra. Procurou antes prevenir o crime, que puni-lo, e as suas novas leis e a revogação de antigas foram decisivas no aperfeiçoamento do governo da pátria. A melhor lei, a mais eficaz, porém, é o exemplo do próprio rei.²⁶

Segue-se o louvor da *Justiça*, e Machado celebra a isenção mas ao mesmo tempo a humanidade do Rei que combatia o crime mas queria resgatar a pessoa. Quando lhe propunham o resgate de condenados com elevadas quantias de ouro, resistia, justificando:

“Não ponho à venda- disse ele- aquela que despreza as influências, a Justiça. Dou mais valor àquela (justiça) que é ponderada com igual peso e medida que às somas de ouro do mundo inteiro.” E na mesma justa medida usava do poder, de modo a combater os delitos, não os delinquentes. Aprendeu mesmo a destruir no fogo os espinhos, não os criminosos.²⁷

triam uirga, tu amore. Fatemur ingenue plus tibi debere, quam patriae, Patria nos genuit captiuos, tu misisti liberos.

²³ Secretum Prudentiae socium, illi adeo intimum, Vt intimam dixissem eiusdem tunicam

²⁴ Nihil sine consilio agens, neque ex sensu pendens alieno, consulebat ut homo; imperabat, ut Rex.

²⁵ Ob memoria, Prudentiae administram, aeterna dignus memoriam.

²⁶ Praestantius ducens praecauere crimina, quam punire. Nouas rogasti leges, quin abrogares antiquas. Haud semper nouitas periculosa; aliquando noua fuere, quae nunc credunt antiqua, Orbis ipse innouando perficitur. Sed lex ualidior, tanti Regis exemplum.

²⁷ Venalem nom facio, dixit, quae opes calcat Iustitiam. Pluris aestimo aequatis libratam ponderibus, quam aurea Vniversi pondera.

Francisco Machado refere ainda o empenho pessoal de D. João IV nos negócios da justiça.

Em determinados dias da semana, acompanhava particularmente, para que mais facilmente tivessem seguimento, as causas mais importantes, quer relativas à justiça quer a benefícios. É que a presença do rei é um poderoso incitamento à vigilância no governo.²⁸

A virtude da *Clemência*, fundamental para assegurar a unidade e a Paz da *Respublica*, tempera a justiça²⁹ de D. João IV e eleva-o à comparação suprema com o *Príncipe da Paz*, epíteto de Jesus Cristo. Francisco Machado recorda que, na aproximação da morte, o rei chamou junto de si alguns nobres que 'por causa da discórdia que mantinham entre si estavam até então detidos sob custódia'³⁰ para os chamar à concórdia.

Falou com benevolência a cada um em particular, deu-lhes a mão a beijar e entre abraços lhes recomenda que renunciem às inimizades e que amem a paz na qual subsiste toda a *Respublica*, que é como um navio: unida navega, dividida naufraga.

Ó D. João! O grande Príncipe da paz quereis igualar!³¹

No louvor da *Afabilidade* Francisco Machado valoriza o trato simples e a humildade com que, no seu dizer, D. João IV se abeirava de todos e não recusava ninguém sem que isso diminuísse de modo algum a sua autoridade. Aos que o alertavam para o perigo que isso comportava, respondia: *Em vão*

²⁸ Statis hebdomadae diebus, supremis, ac singuli presidebat expediundis facilius, seu iustitiae, seu gratiae causis. Nam Regis praesentia praesentissimum regiminis incitamentum.

²⁹ Clementiam qua temperabat iustitiam, ut faceret clementem, aspera miscendo lenibus, amara dulcibus. E mais à frente cita Séneca para reforçar o valor da clemência no rei: culpa est totam persequi culpam (é culpa, perseguir toda a culpa). *De clementia* II, 7.

³⁰ Tunc iussit se coram uenire quosdam ex Primoribus, ob discordiam inter ipsos iamdiu retentos in custodia.

³¹ Singulos benigne alloquitur, exosculandam dat manum, inter amplexus commendat e iurare inimicitias, amare pacem qua omnis Respublica stat, nauis est, integra nauigat, diuisa naufragat. O Joannem! Maximum aemularis Principem Pacis.

*se arma com o terror, aquele que não está cercado do amor dos seus. A defesa mais segura é não precisar de defesa.*³²

Quanto à *Fortaleza*, Machado celebra os feitos militares de D. João IV quer na defesa dos ataques mais próximos dos castelhanos quer na recuperação de territórios ameaçados nas partes remotas do império. No entanto, escreve o Padre Machado que o rei teria recusado expandir o mesmo império, por considerar mais nobre conservar o que é seu do que espoliar o alheio, e porque mais facilmente se alcança rapidamente a boa fortuna do que se conserva a mesma fortuna. Deste modo, a celebração da fortaleza de D. João IV afasta-o de qualquer traço de ambição ilegítima e de guerras desnecessárias, prezando acima de tudo a paz: *Prefiro salvar um só cidadão que desbaratar mil inimigos*-dizia.³³

A *Constância* celebrada neste compêndio de virtudes, não é apenas a capacidade de o herói resistir à instabilidade da *fortuna*. A sua constância é firmeza e coragem e Francisco Machado aproveita a ocasião para elogiar a firmeza de D. João IV que não se confunde com contumácia.

Da decisão, uma vez tomada, não voltou atrás, a não ser que uma razão válida surgisse a contrariá-la. É próprio do prudente emendar os seus erros, do honesto confessá-los. É próprio do ímprobo não mudar e do insensato ser inamovível.³⁴

Assim, Francisco Machado afirma que o rei conheceu bem a máxima, que remete para Justo Lípsio, a respeito do príncipe: *Feliz aquele que não é constrangido, mas infeliz aquele que não se deixa persuadir.*

A *Longanimidade* é celebrada como uma redundância da *Clemência*. Francisco Machado valoriza aqui a capacidade de perdão, pois não só D. João IV se absteve por várias ocasiões da vingança que se lhe proporcionaram, como afirma perdoar o atentado cuja autoria então foi atribuída ao rei de Castela. O Perdão é tomado como intrínseco à natureza do rei.

³² Frustra, aiebat, terrore succinctus, suorum amore non septus. Tutius munimentum non egere munimento.

³³ Mallo, respondebat, unum seruare ciuem, quam mille profligare hostes.

³⁴ De gradu, in quo semel stetit, non reuocauit gressum nisi ualida de nouo obuiaret ratio. Prudentis est errata corrigere, ingenui fateri, improbo inhaerere, stolidi insistere.

“Perdoo de coração, ao Rei de Castela, a morte que tantas vezes com má fé para mim esteve preparada”. Ó João, viva imagem do Rei Supremo! Se os homens não te reconhecessem Rei por natureza, reconhecerê-lo-iam seguramente pelo perdão.

No lugar da celebração da *Honra* que encontramos noutros elencos das virtudes que devem se cultivadas pelo príncipe, Francisco Machado celebra a *Verdade*, virtude que a D. João IV era mais grata que todas, e que nele era inata. Amante da verdade, o rei repelia e afastava de si os adulares e zelava pela verdade mesmo quando não era fácil dizê-la: *As suas palavras referiam, sem doçura, sem disfarce, a nudez da verdade*³⁵. Francisco Machado exprime, num dito frequente do rei, o valor desta virtude: “*Antes morrer mil vezes que mentir uma só vez*”.³⁶

No louvor da *Liberalidade* Francisco Machado enumera as dignidades e os títulos dispensados com generosidade, bem como as comendas, tensas e pensões aos de mais mérito. Mas do mesmo modo, escreve Machado, recusou conceder as que não eram merecidas.

Segue-se o louvor da *Magnificência* de D. João IV, visível nas grandes obras que mandou edificar. A primeira a ser recordada é a construção de um novo mosteiro para as Clarissas de Coimbra, devido ao estado de degradação do velho mosteiro que albergava o sepulcro da Rainha Santa, já canonizada desde 1625. Esta construção teve início em 1649, e em 1657 Machado já escreve que Coimbra é admirada por ter nos seus montes uma nova maravilha do mundo, o templo consagrado à Rainha Santa Isabel.³⁷

Machado dá relevo a obras e benefícios em espaços de valor especialmente simbólico para o Reino, como a igreja onde se acolhe a imagem da Imaculada Conceição declarada Padroeira do Reino por D. João IV ou ainda o Mosteiro de Alcobaça que então se viu objecto de honras e privilégios reais, como só no tempo de seu fundador, D. Afonso Henriques.³⁸

De seguida louvam-se as fundações com que privilegiou a Companhia de Jesus. Machado recorda a fundação da Casa Professa de Vila Viçosa e a

³⁵ Eius verba, sine suco, sine lenocinio nudam Veritatem referebant.

³⁶ Prestat millies mori, quam mentiri semel.

³⁷ Conimbrica miratur nouum orbis miraculum montibus, suis impositum Caenobium scilicet, ac templum Reginae Elisabethae consecratum.

³⁸ Ao gosto barroco da hipérbole, Machado simula uma hesitação: qual terá sido mais magnífico, Afonso ou João?: (Haereo: uter magnificentior, qui donauit Alphonsus, an qui redonauit Ioannes?).

doação do Paço Real em Santarém para que aí funcionasse o Colégio que a Companhia já tinha naquela vila.

Acrescenta-se ainda a memória da fundação em 1648 do convento de Carmelitas conhecido como *Corpus Christi* no local onde D. João IV escapara ileso ao atentado perpetrado em 1647.³⁹

Seguem-se, finalmente os louvores da sua *Religião e Piedade*, virtudes fundamentais no perfil do príncipe cristão. A propósito da virtude da *Religião* Machado recorda a especial devoção de D. João IV ao culto Eucarístico e à Imaculada Conceição de Maria que o Rei nas cortes de 1646 declarou Padroeira de Portugal.

Na celebração da *Piedade*, Machado coroa todas as virtudes com aquela que é mais preciosa ao *princeps christianus*, e com ela encerra o ‘compêndio da vida e morte’ de D. João IV recordando precisamente o dia da sua morte, as suas exéquias, a igreja de S. Vicente onde ficou sepultado e o monumento fúnebre que lhe é dedicado. Ao celebrar a piedade do rei, Francisco Machado associa ao culto que todos os dias cumpria com o sacrifício da Missa, o seu gosto pela música que, inclusive, compunha para o serviço religioso.⁴⁰

O louvor desta última virtude encaminha-se para a apoteose do herói. O local do túmulo, S. Vicente de Fora, é pretexto para evocar, como no prefácio, o fundador. A Igreja de S. Vicente, primeiramente fundada por D. Afonso Henriques em 1147, aquando da reconquista de Lisboa, acolhe não o *Fundador* mas o *Restaurador*.⁴¹ Porque, atreve-se Machado a afirmar, ‘tem mais valor restaurar que fundar’.⁴²

Tal como no prefácio dedicatório, Francisco Machado associa D. Afonso I, fundador do reino, a D. Afonso VI, herdeiro do restaurador, reforçando de novo a legitimação sucessória da casa de Bragança, e con-

³⁹ Neste passo, uma nota impressa à margem vem confirmar a autoria do *Elogium Triumphale*, impresso sem nome de autor em 1647, mas que uma nota manuscrita na última página atribui a Francisco Machado. Aquela nota marginal (De hoc prodigio extat elogium a nobis in lucem editum) no passo do *Mausoleum Maiestatis* que celebra a *Magnificência* de D. João IV, vem confirmar que o P. Francisco Machado escreveu aquele opúsculo.

⁴⁰ Nulla dies sine sacro, nulla sine fuis in Deum precibus. (...)Ita ad diuina, & pietatem composites, ut Musicae peritissimus modos musicos ad sacra componeret.

⁴¹ Non conditur imperii Conditor, sed Restaurator (...).

⁴² Vt scias plus esse restaurare, quam condere.

clui, dedicando as suas palavras a D. João IV, com uma longa série de títulos e epítetos em que destaca graficamente o de 'pai da pátria'.⁴³

Neste opúsculo cuja leitura não pode deixar de soar a panegírico hagiográfico, D. João IV é 'canonizado' como herói, por duas razões fundamentais.

Por um lado, porque nele se cumpre visivelmente um desígnio divino. Na linha do discurso político de legitimação da restauração que vê o acontecimento como clara vontade divina, confirmada por vários prodígios e sinais (Marques 1989:97-178), Francisco Machado como que sacraliza o feito político da Restauração, associando-o à libertação do povo de Israel fazendo uso da metáfora bíblica e da identificação com heróis bíblicos. Nesta linha ainda, a figura de D. Afonso Henriques é evocada neste opúsculo, à semelhança do que já fora antes da Restauração, na literatura de teor autonomista. A figura do rei fundador, associada à lenda do Milagre de Ourique é fundamental na releitura do passado feita no séc. XVII, em função de um destino sagrado que Portugal recebera desde a sua fundação. Neste contexto devemos ler o texto de Francisco Machado como texto que faz viver a construção mítico-profética que suportou espiritualmente o advento e a Restauração da autonomia da Coroa Portuguesa.

Por outro lado, D. João IV é 'canonizado' como herói pelas suas virtudes morais levadas à excelência e que fazem dele o *princeps christianus* completo. Assim se consuma nesta figura a concepção política cristã do séc. XVII. O rei surge despido de qualquer ambição de poder, ideia que se reforça na evocação do modo como aceitou a Coroa, porque 'rogado', o que se coaduna quer com uma censura discreta aos Filipes, quer com a visão do poder temporal do rei como serviço que ele presta ao plano divino da Providência. Despido de ambição e revestido de todas as virtudes que se esperam do bom governante, como se as mesmas virtudes morais confirmassem no rei aclamado aquele desígnio divino da Providência. Longe do perfil do rei absoluto vai, então, o espelho que Francisco Machado coloca diante de Afonso VI, de breve e polémico reinado: a imagem de D. João IV como um herói que, encarnando uma ética humanística de matriz cristã, é

⁴³ Ioanni IV regi augustissimo, Lusitano, Africano, Asiatico, Brasilico, Liberatori felicissimo, Restauratori fortissimo, Seruatori constatissimo, PATRIAE PARENTI, Religionis Propagatori, Fidei Defensori, Insidiarum Vindici, Amicitiarum Reparatori, Vaticanis prodigioso, uictoriis praeclaro, Virtutibus inclyto, A caelo donato, a caelo raptó.

o garante da conservação (mais valorizada que a expansão) do reino, porque é no príncipe, nas suas virtudes (no *ethos* do *princeps*) e nos laços de *charitas* entre o príncipe e o reino, que subsiste a *respublica*.

Bibliografia

- AVGVSTINVS, *De Civitate Dei libri XX*, ed. B. Dombart, A. Kalb, *Corpus Christianorum Series Latina*, vol. 47-48, Turnhout, 1955.
- FRANCO, António, *Imagem da virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra em Portugal*, Coimbra, 1719, 2 vol.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e Cronologica*, Lisboa, 1747, 4 vol.
- MACHADO, Francisco, *Elogium Triumphale*, Excudit Emmanuel da Silva, 1647.
- MACHADO, Francisco, *Mausoleum Maiestatis IV Augustissimi Regis Lusitanorum, & vitae, & obitus compendium*, Olisipone, 1657.
- MARQUES, João Francisco Marques, *A Parenética portuguesa e a Restauração (1640-1668)*, 2 vol., Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.
- SKINNER, Quentin, *As fundações do pensamento político moderno* (trad. do original *The foundations of modern political thought*), São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SOARES, Nair Castro, *O Príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1994.
- TORGAL, Luís Reis, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 2 vol., Coimbra, 1981-1982.
- URBANO, Carlota, *A Oração de Sapiência do P. Francisco Machado SJ, Coimbra, 1629. Estudo. Tradução. Comentário*. Lisboa, Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.